

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Rudolfo Lago/Correio da Manhã



Sabino defende apoio do União a Lula

Sabino sobre União ficar com Lula: "Pergunta ao Kassab"

O ministro do Turismo, Celso Sabino, foi a estrela de almoço do Grupo de Líderes Empresariais do DF (Lide-DF) nesta quarta-feira (26). Presente no almoço, o Correio Político perguntou a Sabino qual seria, de fato, a disposição de seu partido, o União Brasil, de apoiar o governo Luiz Inácio Lula da Silva e permanecer com o presidente até 2026, quando ele deverá disputar a re-

leição. "Seria talvez o caso de se perguntar a Gilberto Kassab [presidente do partido] se o PSD estará com Lula até o fim do seu governo em 2026". Eis na resposta de Sabino o grande dilema de Lula. Na última reunião ministerial, em janeiro, Lula perguntou aos ministros dos outros partidos que não o PT se estarão ou não com ele até o final. E obteve somente respostas vagas.

Reforma

Lula iniciou na terça (25) a reforma ministerial, e demorou a iniciá-la, justamente por essa dúvida que externou na reunião ministerial. Por que abrir mais espaço para os partidos do Centrão se eles não lhe dão segurança de apoio e de que permanecerão com ele?

Caiado

Enquanto Sabino falava no Lide, com a presença do presidente do União Brasil, Antônio Rueda, na plateia, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, anunciava sua pré-candidatura à Presidência da República. Kassab, do PSD, também já falou em candidatura própria.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Todos os números do turismo melhoraram, diz Sabino

Celso Sabino afirma defender internamente apoio a Lula

Celso Sabino, porém, não fugiu da pergunta. Ele afirmou que, internamente, faz parte da ala do União Brasil que defende que o partido não somente esteja com o governo Lula até o final como seja uma das legendas da sua coalizão em 2026 para disputar a reeleição. "Mas isso será discutido internamente dentro do par-

tido de forma democrática", respondeu o ministro do Turismo. "Até lá, o que é preciso fazer é trabalhar todo dia como se não houvesse amanhã", continuou. Ou seja, o ministro afirma trabalhar para ajudar o governo porque é dele ministro agora, independentemente do que seu partido venha a fazer no futuro.

Orçamento

Sabino afirma que assumiu a pasta tendo um orçamento de apenas pouco mais de R\$ 200 milhões. Precisou fazer um grande esforço para engordar esses recursos com a ajuda de emendas parlamentares ao orçamento. Conseguiu passar para mais de R\$ 2 bilhões.

Viagens

No turismo interno, afirma Celso Sabino, foram mais de 350 milhões de viagens pelo país. Em média, o turista brasileiro gasta em cada viagem R\$ 2,5 mil, que alimenta restaurantes, lojas, hotéis e outros estabelecimentos em cada uma das cidades visitadas.

Números

"Conseguimos superar todos os números", afirma o ministro. Segundo ele, mais de 6,7 milhões de turistas estrangeiros estiveram no Brasil no ano passado. Eles gastaram mais de R\$ 43 milhões no país. Este ano, até agora, já foram 1,5 milhão de turistas estrangeiros, 50% a mais.

Passagens

Mais de 118 milhões de passagens aéreas foram voadas, afirma Sabino. "Até chamado a mediar conflitos bélicos foi o presidente Lula. O que mostra o respeito que o Brasil conquistou". No União, pelo menos o ministro do Turismo demonstra estar com Lula.

Dino libera pagamento de emendas, com ressalvas

Ministro aceitou plano de trabalho apresentado pelo Congresso

Por Gabriela Gallo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino homologou e encaminhou ao plenário da Suprema Corte, na noite desta quarta-feira (26), o plano de trabalho que aprimora a transparência e a rastreabilidade das emendas parlamentares. Com isso, o magistrado libera o pagamento das emendas deste ano e de anos anteriores que estavam suspensas. O plano de trabalho, elaborado pelo Congresso Nacional, foi entregue ao Supremo nesta terça-feira (25) pela Advocacia-Geral da União (AGU). Com a decisão, o magistrado suspendeu a reunião com representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que estava marcada nesta quinta-feira (27) para debater o tema.

No entanto, as emendas foram liberadas com ressalvas. Os recursos que não cumpriram com a decisão do STF serão vetados. Estão vetadas a liberação de emendas: que foram repassadas para ONGs com irregularidades na Controladoria Geral da União (CGU); emendas voltadas para a área da saúde que não tenham sido enviadas para contas bancárias específicas do ramo, e emendas Pix nas quais o ente público não tenha apresentado um plano detalhado de como os recursos serão usados.

Além disso, também estão vetadas as emendas de comissão e de bancada nas quais não tenham sido registrados os nomes dos parlamentares que indicaram o repasses por meio de ata pública; e emendas que



Com decisão, Dino cancelou a reunião entre os poderes que haveria nesta quinta

tenham sido bloqueadas por ordens judiciais ou auditorias específicas.

"O Plano de Trabalho em foco oferece um caminho de aprimoramento institucional para o Estado brasileiro, mas não encerra o debate, com suas naturais controvérsias. Estas, inerentes à vida democrática — quando não degeneraram para ofensas pessoais, tentativas de chantagens e coações — trazem resultados positivos para a nossa Pátria", destacou Dino ao publicar a decisão.

Plano de trabalho

O plano de trabalho foi elaborado após Dino solicitar que a AGU realizasse uma auditoria para investigar as transferências de R\$ 469 milhões em emendas parlamentares transferidas em

2024. De acordo com a AGU, o plano elaborado entre governo e congressistas "responde todos os questionamentos de Flávio Dino" e cumpre com o que está previsto na Lei Complementar 210, de 2024 — sancionada após a primeira reunião entre os poderes para definir regras quanto às emendas.

O documento declara que ocorrerá uma padronização das atas das bancadas estaduais e de comissões temáticas, detalhando como os recursos serão gastos. Também será identificado no Portal da Transparência os parlamentares autores das emendas (seja de comissão e de relator), além da entrega de planilhas com os nomes dos beneficiários das emendas.

De acordo com a AGU, o documento tem o objetivo de

"aprimorar a interface entre os sistemas dos poderes Executivo e Legislativo na execução das emendas, aprimorando o trâmite administrativo e facilitando o controle social e o acesso público às informações".

Senado

A liberação das emendas acontece uma semana após o Senado Federal aprovar um projeto de lei que libera até R\$ 4,6 bilhões de emendas parlamentares, que foram bloqueadas em dezembro pelo Supremo, para que voltem ao Orçamento.

O projeto foi aprovado por 65 votos favoráveis na primeira sessão do plenário do Senado presidida pelo novo presidente Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Mais um capítulo da guerra entre Moraes e Trump

Por Karoline Cavalcante

O Comitê Judiciário da Câmara dos Estados Unidos, equivalente à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) brasileira, aprovou, nesta quarta-feira (26), o andamento de um projeto de lei que visa impedir a entrada de autoridades estrangeiras no país que violem a Primeira Emenda da Constituição norte-americana, que garante a liberdade de expressão. Caso a proposta avance, ela poderá barrar a entrada do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ou até mesmo resultar em sua deportação.

A iniciativa foi motivada pela atuação da União Europeia (UE) no combate à desinformação e pela decisão de Moraes de suspender a rede social Rumble no Brasil, após o site ser utilizado por Allan dos Santos, blogueiro acusado de ataques à democracia e ao STF.

O magistrado constatou que, mesmo com a suspensão, o blogueiro continuava criando novos perfis.

Na sexta-feira (21), Moraes determinou a suspensão da plataforma de vídeos, pois a empresa não possuía representante legal no Brasil, como exige a legislação local.

Em resposta, o Rumble e o Trump Media & Technology Group, empresa ligada ao ex-presidente dos EUA, Donald Trump, entraram com uma ação na justiça americana acusando Moraes de censura. Uma liminar das empresas foi negada pela justiça norte-americana.

Bruno Peres/Agência Brasil



Para analistas, briga com Moraes ganhou escala pessoal

Sem censores

O projeto, intitulado "Sem Censores em Nosso Território", foi proposto pelo deputado republicano Darrell Issa, aliado de Trump, e agora avança para votação no plenário da Câmara, onde precisará de 218 votos favoráveis para ser aprovado. "Se um juiz brasileiro pode ordenar que empresas americanas censurem a fala de residentes nos EUA, a liberdade de expressão americana está em risco", afirmou o comitê.

Ainda nesta quarta-feira, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil recebeu com "surpresa" a manifestação norte-americana sobre a ação judicial movida por empresas privadas americanas para se

eximirem do cumprimento das decisões da Suprema Corte brasileira.

Em nota, o Itamaraty afirmou que "a manifestação do Departamento de Estado distorce o sentido das decisões do Supremo Tribunal Federal, cujos efeitos destinam-se a assegurar a aplicação, no território nacional, da legislação brasileira pertinente, inclusive a exigência da constituição de representantes legais a todas as empresas que atuam no Brasil. A liberdade de expressão, direito fundamental consagrado no sistema jurídico brasileiro, deve ser exercida, no Brasil, em consonância com os demais preceitos legais vigentes, sobretudo os de natureza criminal".

Briga pessoal

Em entrevista ao Correio da Manhã, a advogada especialista em Direito Internacional, Hanna Gomes, avaliou que a disputa judicial parece tomar rumos pessoais, com um governo (EUA) agindo contra um particular, sem considerar que as decisões de Moraes refletem a Corte Suprema de um país soberano, cujas resoluções têm efeito apenas no âmbito interno. "As decisões que atingem pessoas físicas, jurídicas ou entidades internacionais são baseadas na legislação brasileira e devem ser analisadas pela autoridade estrangeira para cumprimento. O termo 'liberdade de expressão' é um direito, não absoluto, e deve ser interpretado conforme as leis e critérios históricos de cada país. Assim, nenhuma ordem de prisão ou questionamento ao ministro terá efeito se suas ações estiverem de acordo com a legislação brasileira. A questão é política, não legal", explicou a advogada.

Para o cientista político Kleber Carrilho, pesquisador da Universidade de Helsinque, na Finlândia, essa disputa faz parte de uma performance de Trump e aliados "que mantêm a agenda de ataques a inimigos em todos os cantos".